

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Desmatamento diminui 16%, afirmam ministros	12
Título: É urgente rever o risco hidrológico	14

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Relator do Repetro retira do texto isenção para importação de navio.....	2
Título: Iraque retoma campos de petróleo de curdos	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Moody's eleva nota de crédito da Petrobrás.....	6
Título: Petrobrás já marca 'pilot fishing' do IPO da BR	7
Título: Estado e União estudam nova modelagem para privatizar a Cesp	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7

Título: Em preparação para a venda de ações, BR tem lucro de R\$ 620 milhões.....	7
Título: Desmatamento diminui 16% na Amazônia Legal	9
Título: Luz ficará 7,35% mais cara a partir de domingo	11
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Desmatamento diminui 16%, afirmam ministros	12
Título: Bancadas dão apoio a royalty de 4% no ferro	13
Título: Curtas	13
Título: É urgente rever o risco hidrológico	14
Título: Petrobras lança plano de R\$ 2,5 bi e desenha BR após abertura na bolsa.....	16
Título: Temor de ingerência política pode provocar desconto no IPO da BR	18
Título: Fundo de varejo é caminho para pequeno investidor.....	21
Título: Moodys eleva nota de crédito da Petrobras.....	21
Título: Vale procura sócio para maior mina de níquel do mundo	23
Título: Mineradora perto do piso para conversão mandatória	25
Título: Curtas	26
Título: Braskem perde disputa no Conselho	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Ramona Ordonez e Bruno Rosa

Título: Relator do Repetro retira do texto isenção para importação de navio

Medida era alvo de críticas do setor naval, que previa impacto de US\$ 4 bi

O deputado Júlio Lopes, relator da medida provisória (MP) que amplia o Repetro — regime aduaneiro especial que permite a isenção de tributos para a cadeia de óleo e gás — retirou do projeto em discussão no Congresso a possibilidade de isenção de impostos para importação de navios para a atividade de cabotagem. O parlamentar atendeu a um pedido da indústria naval

brasileira, que via a medida como um entrave para futuros investimentos nesse segmento.

Uma instrução normativa da Receita Federal, que regulamentou o Repetro, na prática, isentava de impostos segmentos das atividades de transporte, como a cabotagem, a navegação interior de percurso nacional, e a navegação de apoio portuário e marítimo. O setor alega que essa interpretação poderia afetar as encomendas de embarcações no país pelos estaleiros nacionais.

— O Rio de Janeiro tem o maior número de estaleiros do Brasil, não poderia ser prejudicado com essa medida. Nós retiramos a possibilidade de isenção para cabotagem e navegação interna — disse o deputado.

VOTAÇÃO PREVISTA PARA HOJE

O novo texto do projeto diz que é vedada a aplicação do Repetro "para importação de embarcações destinadas à navegação de cabotagem e navegação interior de percurso nacional, bem como navegação de apoio portuário e navegação de apoio marítimo, que, nos termos da Lei no 9.432/1997, são restritas a embarcações de bandeira nacional. A expectativa de Júlio Lopes é votar o relatório hoje na comissão especial do Congresso montada para avaliar a medida. Depois, o projeto precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado antes de ir para sanção do presidente Michel Temer.

A ampliação do Repetro era uma das principais demandas das petroleiras. As companhias alegavam que, sem essa ampliação do prazo da isenção tributária para a importação de equipamentos necessários para a atividade de exploração e produção de petróleo, os investimentos poderiam ficar comprometidos.

O ponto de discórdia para a indústria é a instrução normativa 1.743, que altera a medida provisória do Repetro, responsável por prorrogar para 2040 a validade do programa. A mudança só começa a valer depois que passar pelo aval do Congresso. O mercado já esperava a instrução normativa, feita pela Receita Federal, uma vez que a MP não detalhava a lista de equipamentos que receberiam a isenção de impostos federais até 2040.

Segundo Sérgio Bacci, vice-presidente do Sinaval (sindicato do setor naval), o texto anterior trazia um artigo que permitia que embarcações de bandeira estrangeira, após operarem durante cinco anos no país e de serem beneficiadas com isenção de imposto de importação, permanecessem no país com isenção tributária. Antes, as embarcações tinham de deixar o país ou passar a pagar após o prazo de cinco anos de benefício fiscal. Ele avalia que isso afetaria as encomendas de embarcações de estaleiros nacionais no país. Nos cálculos do

Sinaval, a instrução normativa poderia afetar US\$ 4 bilhões em encomendas de embarcações de apoio no país.

Iago Severini, sócio da área tributária da Vieira Rezende, lembra que o texto da instrução normativa previa a possibilidade de que as embarcações sejam importadas mesmo antes de assinado o contrato. — Isso pode ocorrer até três anos antes da assinatura do contrato de operação no Brasil — destacou ele.

EFEITO POSITIVO NA ARRECADAÇÃO

A instrução normativa também traz pontos positivos. Um deles é a expectativa de aumento de arrecadação de ICMS, de âmbito estadual. Com ela, as empresas de petróleo, para ter a isenção dos tributos federais, terão de transferir a propriedade de sondas de exploração e plataformas de petróleo de suas subsidiárias do exterior para suas empresas no Brasil. Assim, passará a incidir ICMS sobre as unidades, destaca Leonardo Homsy, sócio do escritório Mattos Filho.

— Essa mudança vai afetar as petroleiras, pois elas vão ter que transferir essas propriedades para o Brasil — afirmou Homsy. Para Severini, da Vieira Rezende, a cobrança de ICMS vai representar, por outro lado, custo extra de 20% para as petroleiras: — Mas vai aumentar a arrecadação para os estados com o maior ICMS.

Para o especialista em infra-estrutura Cláudio Frischtak, o Repetro é um instrumento importante para dar previsibilidade aos investidores em termos de regras e normas, principalmente, lembrou ele, porque vão acontecer, em uma semana, dois leilões do pré-sal que estão sendo muito aguardados pelo setor petrolífero. Mas, ao mesmo tempo, Frischtak afirmou que a instrução normativa ainda gera muitas dúvidas:

— O Brasil já é considerado complicado para se fazer negócios. E o Repetro é muito importante para dar previsibilidade em termos de regras e normas. O que é ruim é que essa instrução normativa ainda gera incerteza jurídica dentro do Repetro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Mundo

Autor:

Título: Iraque retoma campos de petróleo de curdos

Província, que não faz parte do Curdistão iraquiano, é alvo de disputa desde 2014.

Forças iraquianas avançam em direção ao centro de Kirkuk durante uma operação contra combatentes curdos -

As tropas iraquianas assumiram nesta terça-feira o controle dos dois maiores campos de petróleo da região de Kirkuk, após a retirada das forças curdas, anunciou a polícia federal. No momento em que passa pela pior crise econômica de sua história, o Curdistão vai sofrer os efeitos da perda dos dois campos, que representam 40% de suas exportações de combustível. A província de Kirkuk, que não é parte do Curdistão iraquiano, é objeto desde 2014 de uma disputa entre o governo central e as autoridades curdas, exacerbada em setembro pelo referendo de independência.

— Com a perda desses campos, o portfólio curdo está dividido por dois — afirmou o geógrafo francês Cyril Roussel. — Além da questão econômica é o fim da autonomia econômica do Curdistão e do sonho de independência. Foi apenas depois de ter anexado, em julho de 2014, as duas jazidas de Kirkuk que o presidente curdo, Massoud Barzani, começou a falar de independência. Antes, falava apenas de autonomia.

Desde o início da operação, há dois dias, comboios de blindados avançam para reimpôr a autoridade do poder central na disputada província no Nordeste do país. Pela manhã, os membros das forças iraquianas baixavam as bandeiras curdas hasteadas nas instalações e postos de controle dos campos de Bay Hassan e de Havana, para substituí-las por bandeiras iraquianas.

"Unidades da Polícia Federal tomaram o controle dos campos de petróleo de Bay Hassan e de Havana, ao norte da cidade de Kirkuk", afirma um comunicado.

Na segunda-feira, funcionários curdos paralisaram as operações de extração dos poços de petróleo em Bay Hassan e Havana e abandonaram os postos antes da chegada dos soldados iraquianos, de acordo com governo de Bagdá. Os dois campos foram conquistados em 2014 pelos combatentes curdos (peshmergas), que aproveitaram a debandada do Exército após a ofensiva no Iraque do grupo extremista Estado Islâmico (EI). Bay Hassan e Havana produzem quase 250 mil barris por dia e, desde 2014, estavam vinculados ao Ministério de Recursos de Mineração da região autônoma do Curdistão, segundo uma fonte do setor petrolífero em Kirkuk.

— É uma riqueza nacional. Pertence ao Iraque, assim como as riquezas naturais do conjunto de regiões do país — declarou o coronel Ahmed Modhi, da polícia local.

As tropas iraquianas têm agora três dos seis campos da província de Kirkuk, a sede da companhia nacional (North Oil Company), assim como várias

infraestruturas de petróleo e de gás. Esse progresso marca uma virada na operação lançada por Bagdá, que, na segunda-feira, também proclamou várias vitórias simbólicas, três semanas depois do polêmico referendo de independência. Seu promotor, Massoud Barzani, está sendo duramente criticado por realizar essa consulta, inclusive em suas próprias fileiras.

Ao hastear a bandeira iraquiana e baixar a curda na frente do prédio do governo de Kirkuk, Bagdá quer deixar claro seu retorno para poder enfrentar os curdos. Após o avanço rápido e quase sem violência, as forças governamentais continuam avançando para impor sua autoridade em outras zonas disputadas. A vários centenas de quilômetros de Kirkuk, perto da fronteira com a Síria, as forças iraquianas assumiram o controle da cidade de Sinjar (noroeste), bastião da minoria yazidi, perseguida pelos extremistas do EI. Nessa localidade, os peshmergas se retiraram sem violência. Na província de Diyala, ao leste de Bagdá, as tropas do governo entraram em Jalawla e içaram a bandeira iraquiana na prefeitura, indicou o responsável de segurança local, Sadeq al-Husseini.

— Os peshmergas se retiraram de todas suas posições em quatro setores, entre eles Jalawla e Khanaqin, e voltaram às posições que tinham antes de 2014 — acrescentou al-Husseini.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Moody's eleva nota de crédito da Petrobrás

A agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito da Petrobrás de B1 para Ba3, e mudou a perspectiva de positiva para estável, segundo comunicado publicado ontem.

A atualização, segundo a agência, reflete a melhoria da liquidez da Petrobrás, a redução da alavancagem da dívida, a sólida disciplina de gestão e o fortalecimento da governança corporativa. A nota continua sendo grau especulativo – o que significa que a companhia potencialmente enfrenta condições mais difíceis para captar títulos.

A agência ressaltou que, neste ano, a Petrobrás captou nos mercados de capitais US\$ 19,2 bilhões em títulos, em recursos que foram usados para refinanciar dívidas. Além disso, considerou que o fluxo de caixa se tornou mais previsível como resultado de preços relativamente estáveis do petróleo, política clara de preço do combustível doméstico desde o fim de 2016, redução de custos e investimentos de capital disciplinados.

Segundo a agência, as classificações da Petrobrás são limitadas por altos níveis de dívida, risco de execução do plano de negócios e impacto negativo de multas relacionadas à Lava Jato.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor:

Título: Petrobrás já marca 'pilot fishing' do IPO da BR

A Petrobrás mantém o ritmo para ter tempo de lançar a oferta inicial de ações (IPO, em inglês) de sua subsidiária BR Distribuidora ainda em dezembro. No mesmo dia em que protocolou o prospecto do IPO na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nesta segunda-feira, dia 16, já marcou reuniões de sondagens iniciais com investidores, processo conhecido como "pilot fishing" no jargão do mercado financeiro.

Rumo ao Topo. Depois desse passo – e dependendo do apetite –, a Petrobrás definirá qual o percentual da BR que colocará na mesa, algo entre 25% e 40%. Nos bastidores, a ideia é de que a operação alcance R\$ 7 bilhões, o que, se confirmado, dará à empresa o título de maior oferta de 2017. Procurada, a Petrobrás não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Estado e União estudam nova modelagem para privatizar a Cesp

Estado e União estudam estender o prazo vigente da concessão da Cesp de 10 para 30 anos, montando uma nova modelagem.

Se a ideia vingar, o Tesouro paulista fica com um terço do valor que vier a ser obtido no leilão de privatização. E a União, com dois terços.

Entretanto, se houver ágio, a diferença a maior seria repartida meio a meio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Em preparação para a venda de ações, BR tem lucro de R\$ 620 milhões

Em preparação para a venda de até 40% de suas ações no mercado, a BR Distribuidora reverteu uma série de prejuízos e registrou lucro de R\$ 620 milhões nos primeiros nove meses de 2017, contra perdas de R\$ 367 milhões no mesmo período do ano anterior.

Para atrair investidores, a companhia promete um plano de desinvestimentos para sair de negócios considerados não prioritários e buscar outras fontes de suprimento de combustíveis além da Petrobras, estratégia que tem garantido bons lucros a seus concorrentes.

As informações constam do prospecto preliminar para a oferta de ações protocolado pela Petrobras na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Por ter capital fechado, a empresa só divulgava balanços anuais. Desde 2014, quando teve lucro de R\$ 1,123 bilhão, não apresentava resultado positivo.

A oferta da BR é uma das principais operações do plano de desinvestimentos da Petrobras, com o qual a companhia pretende arrecadar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018. A expectativa é que as ações sejam oferecidas ao mercado ainda este ano.

A operação contará com apoio de oito bancos, coordenados pelo Citi. O prospecto ainda não fala em valores nem no montante de ações que será oferecido. O banco UBS calcula que a empresa valha hoje R\$ 29 bilhões.

No prospecto, a Petrobras diz que a BR tem boas oportunidades de crescimento, principalmente com a busca por converter postos de gasolina que hoje operam sem bandeira. A empresa estima que é possível converter até 44% dos 17.128 postos de bandeira branca brasileiros.

"Acreditamos que o Brasil reúne fatores que sustentam a relevância do consumo de combustíveis, dada a sua matriz industrial, a importância do agronegócio e o transporte de bens, insumos e pessoas em um país de dimensões continentais", diz o texto.

Nos últimos dois anos, porém, o consumo de combustíveis caiu a uma taxa de 3,7% ao ano, acompanhando o desempenho da economia. Entre 2006 e 2014, cresceu em média 6,3% ao ano, contra um PIB médio de 3,5%.

A empresa promete sair de negócios que não fazem parte do foco —venda de combustíveis e lubrificantes— por meio de um plano de desinvestimentos. Líder na venda de derivados, a BR atua também no segmento de energia.

Como pontos fortes, destaca a liderança no mercado, com 29,8% das vendas e 8.212 postos de gasolina, marcas reconhecidas e a estrutura logística, que

compreende 91 bases de armazenamento, 15 depósitos de lubrificantes e 109 pontos de abastecimento em aeroportos.

A estratégia da empresa prevê também usar a rede de postos para gerar receitas adicionais, como a instalação de postos de conveniência, hoje presentes em apenas 18,4% dos postos do país.

Entre os principais riscos citados no prospecto, estão ações judiciais, arbitrais e administrativas, no valor de R\$ 12,2 bilhões; possíveis conflitos de interesse com a Petrobras e impactos de desdobramentos da Operação Lava Jato.

"Atualmente, a companhia não pode garantir de os desdobramentos das investigações relacionadas à Operação Lava Jato não podem levar à descoberta e potencial confirmação de novas irregularidades envolvendo a companhia, seus empregados e ex-empregados", diz o texto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor:

Título: Desmatamento diminui 16% na Amazônia Legal

O governo federal anunciou ontem uma queda de 16% no desmatamento da Amazônia. Os números são uma estimativa do sistema oficial de monitoramento da Amazônia, o Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e se referem ao período de agosto de 2016 a julho de 2017, em comparação com o intervalo anterior. No ano, houve o corte raso — quando a cobertura vegetal é totalmente removida — de 6.624 km².

Os dados foram anunciados pelos ministros Sarney Filho (Ambiente) e Gilberto Kassab (Ciência) sem a convocação de coletiva da imprensa especializada — praxe nos últimos anos —, após eles terem informado o presidente Michel Temer sobre os números. A opção por esse formato, disse Sarney, foi do próprio Palácio.

O objetivo foi destacar que a taxa representa diminuição de 76% em relação à registrada em 2004, ano que teve a maior perda florestal no século 21. De fato, a queda ocorre depois de dois anos consecutivos de alta, que juntos somaram mais de 50% de aumento.

O valor atual, porém, ainda é o segundo mais alto da década. A partir de 2008, houve sucessivas quedas da taxa de desmatamento, chegando ao menor nível em 2012, quando foram cortados 4.571km².

Depois disso, a taxa começou a flutuar, entrando em curva ascendente a partir de 2015. E, apesar da queda registrada agora, o Brasil continua longe de cumprir a meta de lei nacional de mudança climática, de 2009, que estabeleceu como objetivo que a devastação diminua a 3.900 km² até 2020.

Tanto Sarney Filho quanto auxiliares do presidente destacaram o resultado como o primeiro concreto do governo Temer, já que coincide com o período de um ano do presidente e seria um contraponto em relação às administrações petistas.

Em posterior entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Sarney Filho afirmou que se, por um lado, os motivos para a alta do desmatamento podem ser muitos, por outro, o que leva à queda é algo mais simples. “É contido basicamente por comando e controle com vigor e força, que foi o que adotamos com a recomposição do orçamento do Ibama e do ICMBio (órgãos que fazem a fiscalização).”

Questionado sobre o fato de a taxa ainda ser alta, ele disse que era a primeira queda após três elevações seguidas — na verdade foram duas. “O que importa é que houve reversão da curva. Estamos na política correta. Enquanto conseguirmos manter a presença do Estado na floresta, vamos conseguir controlar.”

Perguntado sobre os sinais passados pelo governo e pelo Congresso com projetos de redução de unidades de conservação (UCs), como a Floresta Nacional de Jamanxim, no Pará, e a proposta de cancelar a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), no Amapá, Sarney Filho disse que não há retrocesso e que o desmatamento em Jamanxim, que já foi o mais alto em UCs, caiu cerca de 50% neste ano. “Desde que sejam só propostas (do Congresso), a possibilidade de influenciar lá na ponta é pequena. Cada um pode fazer a proposta que quiser, mas, graças a Deus, a sociedade está muito atenta. A reação à Renca mostrou que mexer com a Amazônia não vai ser fácil.”

Cautela

Para ambientalistas, a queda é importante, mas não dá para comemorar. “O desmatamento foi 49% maior que a menor taxa histórica, que é a de 2012. E a queda foi, em parte, por causa da recessão. Houve queda de preço do gado, e a pecuária é a principal causa do desmatamento”, diz Paulo Barreto, do Imazon.

“Adicionamos mais 6.624km² desmatados na Amazônia — somando toda essa área, é mais do que duas vezes a Inglaterra. Estamos apenas destruindo florestas em um ritmo mais lento, mas a destruição continua”, afirma Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Luz ficará 7,35% mais cara a partir de domingo**

Os consumidores do Distrito Federal vão ter que desembolsar mais dinheiro para pagar a conta de luz a partir da semana que vem. Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a Companhia Energética de Brasília (CEB) a aumentar as tarifas em média 7,35%. Para os consumidores residenciais, o reajuste será de 6,84%. Para as indústrias, de alta tensão, de 8,46%. Os novos valores passam a vigorar no domingo, 22 de outubro.

A CEB atende a cerca de 1,05 milhão de unidades consumidoras no Distrito Federal. Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a agência considera a variação de custos associados à prestação do serviço. O cálculo leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, os encargos setoriais e os custos típicos do setor, que são atualizados pelo Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M).

Apesar de amargo, o reajuste para os usuários do DF não está entre os maiores permitidos pela reguladora. Ontem, a Aneel também aprovou um aumento médio de 24,37% nas tarifas da EDP São Paulo, antiga EDP Bandeirante, que atende 1,8 milhão de unidades consumidoras em 28 municípios paulistas nas regiões do Alto do Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte. O presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, explicou a diferença nos índices autorizados pelo órgão regulador. “Geralmente, as empresas não conseguem a tarifa que elas propõem para a Aneel”, afirmou.

Vivan ressaltou que a agência acaba indeferindo parte dos custos ao fazer a análise dos pedidos das distribuidoras. “A Aneel tem preocupação com a modicidade tarifária. Mas essa é uma situação complicada. A ausência de tarifa suficiente para a empresa pagar suas despesas e investir tem feito com que os investimentos sejam postergados ou feitos fora dos padrões necessários”, alertou. Segundo ele, o órgão regulador analisa os dados das distribuidoras e compara com uma empresa de referência para forçar a otimizar as despesas.

Se a CEB não conseguiu um aumento maior, os consumidores de Brasília agradecem, uma vez que qualquer reajuste causa surpresa. A diarista Elizangela Alves Ferreira, de 40 anos, reagiu com espanto ao receber a notícia. “Não acredito que vai aumentar mais 7,35%. Esperava um reajuste menor”, disse. Ela se preocupa com o salário no fim do mês. “Eu já pago mais de R\$ 120 de energia, sem falar nas outras despesas. Esse valor faz muita diferença no orçamento”, acrescentou.

Para o aposentado Antonio Marius, 60, qualquer acréscimo é inaceitável. “É um absurdo. O consumidor não pode falar nada, só sofrer com os aumentos”, lamentou. A também aposentada Elena Maria Gomes, 61, ressaltou que o índice é considerável porque, somado a outros gastos mensais, torna mais difícil para ela pagar as contas. “Está tudo aumentando pouco a pouco. E isso afunda o meu bolso”, disse. A aposentada Dionísia Borges, 47, avaliou que, diante do reajuste, resta aos consumidores economizarem energia. “Vou me preocupar mais agora para que a conta não extrapole o meu limite”, finalizou.

Campanha para estimular economia

Em novembro, as concessionárias de distribuição de energia elétrica terão de realizar campanhas para orientar e estimular o uso eficiente e sem desperdícios pelo consumidor. A determinação é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por conta da falta de chuvas. Com uso de recursos do Programa de Eficiência Energética (PEE), a campanha será feita nos moldes da divulgação do sistema de bandeiras tarifárias em 2015. A execução pode ser feita de forma cooperada, por meio de entidades representativas das concessionárias de distribuição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Andrea Jubé | De Brasília

Título: Desmatamento diminui 16%, afirmam ministros

Próximo à votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e o titular de Ciência, Tecnologia e Comunicações, Gilberto Kassab, convocaram coletiva de imprensa para anunciar uma queda no desmatamento da Amazônia em 16% entre agosto de 2016 e julho de 2017, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Temer escalou os ministros para divulgar notícias positivas de sua gestão. Em meio à polêmica em torno da extinção da Renca (Reserva Nacional do Cobre), que depois acabou revogada, Sarney Filho afirmou que "não houve retrocesso ambiental" no governo Temer.

A queda de 16% entre agosto de 2016 e julho de 2017, no entanto, contrasta com o aumento de 19% no ano anterior. O Inpe é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O ministro da pasta, Gilberto Kassab, também compareceu, mas não permaneceu no local para responder perguntas da imprensa.

Sarney Filho acrescentou, em tom de crítica, que a extinção da Renca foi uma iniciativa do **Ministério de Minas e Energia**, e que "desencontradamente com os dados do desmatamento teve de refluir e foi revogada".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Bancadas dão apoio a royalty de 4% no ferro

A proposta do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), relator da medida provisória (MP) que altera os royalties sobre a mineração, de determinar uma alíquota de 4% para o ferro contraria o governo, que desejava implantar uma taxa flutuante, que iria de 2% a 4% dependendo da cotação internacional do minério, mas recebeu apoio das bancadas de Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Maranhão.

Coordenador da bancada de Minas Gerais e vice-presidente da Câmara, o deputado Fabio Ramalho (PMDB) disse que há votos suficientes para vencer o governo no plenário. "Aquilo que o governo quer a bancada não quer", disse. Líder do PRB, o deputado Cléber Verde (MA) defendeu que, como Pestana aceitou repartir parte da arrecadação com os municípios atingidos indiretamente pela mineração, como cortados por ferrovias, a bancada votará a favor do aumento dos royalties para o minério de ferro.

O texto, antecipado pelo **Valor**, foi apresentado ontem pelo relator à comissão de deputados e senadores que votará a proposta na próxima semana, mas a leitura formal só ocorrerá hoje a pedido dos relatores das duas outras MPs que tratam da reforma do Código de Mineração para ajustes de divergências nos projetos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Economia de energia

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a realização em novembro da campanha de conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica e combate ao desperdício. A agência anunciou que lançaria a campanha, no fim do mês passado, quando o acionou a bandeira tarifária vermelha, no segundo patamar, para este mês. A realização da campanha ficará

sob a responsabilidade das concessionárias de distribuição. O custo de divulgação das informações é assumido pelos consumidores nas contas de luz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: É urgente rever o risco hidrológico

Desde 2014 o setor elétrico brasileiro vem enfrentando uma grave crise estrutural, comercial e regulatória que teve origem na MP 579 publicada em setembro de 2012. As medidas precedentes (acentuado despacho hídrico em 2012) e as propostas na MP aliadas a uma recessão hídrica a partir de 2013, a inserção de fontes intermitentes (com prioridade de despacho) como energia de reserva e a Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito (GFOM), influenciou o despacho a menor das usinas hidrelétricas, afetando significativamente o fator de ajuste (também conhecido como GSF, Generation Scaling Factor) do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Com isso, os geradores hidrelétricos do país se viram em um pesadelo bilionário por conta do GSF. A exposição dos geradores culminou em disputa judicial sobre o déficit das usinas hidrelétricas que, em 2014 e 2015, chegou a envolver bilhões de reais. Até então, o risco hidrológico era inerente ao negócio de geração, por estar associado a casos excepcionais de baixa pluviosidade ou erro na estratégia de contratação de energia dos geradores.

Nesses casos, cabia aos empreendedores colher as recompensas ou prejuízos resultantes da geração hidrelétrica, de acordo com as regras já conhecidas pelo setor elétrico. Entretanto, desta vez, a causa do risco hidrológico estava nas Políticas de Expansão e Operação impostas pelo governo, que alterou os modelos e estratégias dos geradores. Tal fato deixou os geradores expostos de forma involuntária, com a imposição de riscos extraordinários para os quais não havia ferramentas de gestão disponíveis.

A deterioração do GSF por fatores não hidrológicos acendeu inúmeras discussões e uma enorme instabilidade e incertezas de natureza jurídica e regulatória no setor, devido ao enorme prejuízo causado aos agentes geradores no mercado de curto prazo. Na busca de solução, o governo viabilizou, por meio da Lei nº 13.203/2015 (conversão da Medida Provisória nº 688/2015) e da Resolução Normativa da Aneel nº 684/2015, a repactuação do risco hidrológico das usinas com os consumidores.

Por estas medidas, criou-se uma espécie de seguro envolto de contrapartidas a serem honradas pelos agentes em troca dos benefícios de repactuação do risco

hidrológico. A adesão dos geradores à proposta foi condicionada à suspensão das ações judiciais/liminares e renúncia a qualquer alegação de direito relativo à isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Essas medidas trouxeram um alívio temporário, mas demonstram caráter paliativo diante da evolução estrutural do Setor Elétrico Nacional. Tanto nas diretrizes de inserção de novas fontes de energia quanto na operação do Sistema Interligado Nacional que inverteu a lógica de despacho de energia, deixando a fonte hídrica em última instância para o suprimento da carga e garantindo a segurança na operação do sistema e com isso voltou o pesadelo do GSF.

O correto é um modelo onde os geradores não sejam penalizados por decisões das políticas de operação do sistema

Para demonstrar tal fato, vemos a composição da matriz elétrica brasileira se diversificando com relevante mudança. Em 2000, por exemplo, a fonte hídrica representava 94% da geração no país, em 2016 esta participação está pouco acima de 70%, por conta da ampliação da participação de fontes eólica, solar e biomassa. Essa não é uma constatação ruim, a tendência de fontes renováveis intermitentes é mundial, sendo natural e esperado que o Brasil se enquadre.

O fato é que as regras de funcionamento do modelo atual já não refletem as novas condições do sistema elétrico e as alterações promovidas nos últimos anos não trataram as questões de modo estrutural e resolutivo. Essa situação faz com que a repactuação do risco hidrológico realizada pelo governo tenha se tornado uma espécie de esparadrapo. Isso porque a questão regulatória não está acompanhando a mudança estrutural do sistema, fazendo com que os problemas com o GSF se tornem recorrentes.

Isso cria um problema estrutural para todos os geradores hídricos e especialmente para as usinas como as UHEs Santo Antônio, Jirau (recém-motorizadas) e Belo Monte (ainda em fase de motorização). Estes empreendimentos, além de não possuírem reservatórios de acumulação, estão usando os seus Ebitdas ainda para amortizar suas dívidas.

É necessário que o governo promova modificações de curto e longo prazo para que possamos resolver definitivamente essa questão do GSF. No curto prazo, o ideal seria que se adotasse uma metodologia que expurgasse do cálculo do GSF tudo o que não fosse ligado ao chamado risco hidrológico, assegurando efetivamente a contratação das concessões aderentes à metodologia e definição da Garantia Física pelo poder concedente (em média a metodologia do **MME** de cálculo da Garantia Física remete risco hidrológico da ordem de 5%).

Essa parcela correspondente aos riscos não hidrológicos deve ser colocada na tarifa, pois ao final é o consumidor arcando com a segurança energética do sistema como beneficiário final. Porém, numa transição a solução para o GSF seria a divisão dessa conta entre geradores, consumidores e o BNDES. Os geradores precisam nessa transição aceitar um risco um pouco superior a 5%, estabilizando num segundo momento no limite de 5%, os consumidores teriam um aumento na tarifa e o BNDES precisa ajudar a resolver a dívida das empresas aumentando o prazo dos financiamentos sem rediscutir o risco do crédito. Caso seja rediscutido o risco do crédito não adiantará aumentar o prazo dos financiamentos, pois o resultado acabará sendo pior.

Outro ponto fundamental é que sem uma solução de curto e longo prazo para o GSF estaremos criando mais uma dificuldade no processo de privatização da Eletrobras. Isso porque, ao acabar com o regime de cotas das usinas implantadas pela fatídica MP 579, surgirá o problema do GSF, elevando o risco de venda desses ativos. Sem um período de transição será praticamente impossível conseguir construir uma solução estrutural para o GSF. Na solução estrutural será preciso reconhecer que o sistema elétrico brasileiro vive um momento de transição energética, com a perda da capacidade de regularização dos reservatórios das UHEs e a forte expansão das fontes renováveis intermitentes. O correto é caminhar para a construção de um modelo onde os geradores hídricos não sejam penalizados por decisões das políticas de operação do sistema e de diversificação da matriz energética impostas pelo governo.

Adriano Pires é economista e Diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Carolina Mandl | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras lança plano de R\$ 2,5 bi e desenha BR após abertura na bolsa

A Petrobras espera, ao final do processo de abertura do capital da BR Distribuidora, se concentrar na implementação de um plano de negócios de R\$ 2,5 bilhões entre 2018 e 2022, no segmento de distribuição de combustíveis. Enquanto avança com os últimos detalhes da operação de oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de sua subsidiária, a estatal desenha o futuro que imagina para a BR pós-IPO: uma companhia mais eficiente, focada na expansão da rede de postos, lojas de conveniência e lubrificantes, mas ao mesmo tempo mais enxuta.

A estatal trabalha com uma carteira de desinvestimentos de R\$ 800 milhões. Na minuta do prospecto da abertura de capital da BR, publicado ontem, a companhia não cita ativos, mas informa que poderá vender negócios que não sejam de seu foco. Para além do setor de combustíveis, a empresa atua, hoje, por exemplo, em áreas como produtos químicos, asfalto e coque verde de petróleo.

O novo plano de investimentos se concentrará, principalmente, na área de operações e logística, que responderá, sozinha, por 54% dos aportes previstos. Um dos principais investimentos do plano será feito na expansão da fábrica de lubrificantes de Duque de Caxias (RJ), que chegou a ser iniciado no passado, mas interrompido após estouro no orçamento. A previsão é concluir as obras em 2019 e ampliar a capacidade instalada em 55%, para 42 milhões de litros/mês, com o objetivo de aumentar as vendas da linha Lubrax.

A BR Distribuidora prevê implementar programas de redução de custos e de simplificação da estrutura organizacional. Outra marca do plano será a expansão da rede de postos, com foco na conversão dos chamados "bandeira branca" (sem marca). A empresa diz que existem, no país, 17.128 postos do tipo, sendo que já identificou potencial de conversão em 44% deles.

Na segunda-feira, a Petrobras protocolou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de companhia aberta da BR. O percentual da distribuidora a ser disponibilizado ao mercado ficará entre 25% e 40%. O **Valor** apurou, contudo, que a definição sobre o percentual de ações da BR que, de fato, será oferecido na operação, só será decidido na reta final do processo, após o road show com investidores. Uma fonte a par do assunto afirmou que a expectativa alimentada pelo mercado em torno do IPO da BR faz crer que o percentual de ações a serem ofertadas deve ficar mais próximo de 40% que de 25%.

A hipótese de uma pulverização do controle da distribuidora no mercado, a partir da oferta de mais de 50% do capital da companhia, chegou a ser considerada no conselho. A maior parte dos conselheiros, no entanto, preferiu "caminhar aos poucos" com a abertura de capital da BR, embora houvesse defensores, no grupo, de um processo de pulverização mais intenso do capital da distribuidora.

Uma segunda fonte consultada pelo **Valor** conta que o IPO deve ser realizado ainda este ano, com possibilidade de ser iniciado em novembro. A previsão está em linha com a expectativa já manifestada publicamente pelo presidente do conselho da Petrobras, Nelson Carvalho, que disse esperar que a operação ocorra até dezembro, caso o mercado esteja favorável. Em setembro, o

presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que a abertura de capital será feita "tão logo quanto possível".

Em agosto, a Petrobras implementou uma ampla reestruturação societária e reforma do estatuto da BR. Na ocasião, a estatal também realizou um aporte de capital de R\$ 6,3 bilhões na BR, em troca de recebíveis que a distribuidora tem com confissão de dívida com a Eletrobras, pela compra de combustível para geração termelétrica na Região Norte, no mesmo valor.

De acordo com estimativas recentes do banco UBS, a BR Distribuidora é avaliada em R\$ 29,5 bilhões. A companhia é um dos principais trunfos do plano de desinvestimentos da Petrobras, cuja meta é levantar US\$ 21 bilhões no biênio 2017/2018.

O IPO da BR começou a ser gestado ainda na administração Aldemir Bendine, preso no âmbito da Lava-Jato. No ano passado, já na gestão Pedro Parente, houve uma mudança na condução da operação e a Petrobras optou por avançar com a venda de uma fatia da empresa para um sócio estratégico. A abertura de capital voltou a entrar na pauta porque a companhia não conseguiu seguir adiante com a busca de um sócio, devido a judicialização da negociação.

A BR Distribuidora encerrou setembro com um lucro líquido acumulado no ano de R\$ 620 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 367 milhões registrado em igual período do ano passado, mesmo diante da queda de receita. De janeiro a setembro deste ano, a BR contabilizou receita de R\$ 61,781 bilhões, valor 6,2% menor no comparativo anual. O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 1,830 bilhão no acumulado de 2017 até setembro, mostrando um crescimento substancial ante os R\$ 357 milhões de igual período do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Vanessa Adachi, Carolina Mandl e Fernando Torres | De São Paulo

Título: Temor de ingerência política pode provocar desconto no IPO da BR

Nas próximas semanas, enquanto a Petrobras e os bancos contratados trabalham para atrair a demanda de investidores para a abertura de capital da BR Distribuidora, um fator certamente terá um grande peso na formação do preço dos papéis. Afinal, os investidores aplicarão ou não um desconto à empresa diante da decisão da Petrobras de colocar no mercado uma fatia de 25% a 40% do capital da distribuidora de combustíveis e, com isso, ter procurado assegurar acionário o controle absoluto? Em caso afirmativo, de que tamanho seria esse desconto?

Nas discussões para formatar a venda, havia uma corrente que defendia que algo entre 50% e 60% do capital fosse pulverizado. Assim, a Petrobras ainda seria a maior acionista, com 40%, e controlaria as decisões estratégicas.

Ao mesmo tempo, os novos sócios da empresa de distribuição poderiam ficar tranquilos em relação a futuras interferências políticas nos negócios - a Lava-Jato ainda é fato recente e as perdas com inadimplência na venda de combustível para subsidiárias da Eletrobras derrubaram os resultados da BR nos últimos anos.

Hoje a gestão da Petrobras é respeitada pelo mercado privado, mas há dúvidas sobre o futuro do comando, especialmente levando-se em conta que em 2018 um novo governo será eleito.

"Em caso de interferência política, os minoritários poderiam se unir e tomar decisões, seria uma garantia para os investidores. Mas essa ideia (de abrir mão do controle) foi voto vencido, venceu a tese nacionalista", diz uma pessoa que participou das conversas sobre o IPO da BR Distribuidora. Segundo essa mesma pessoa, um desconto faria sentido em um mercado racional.

Mas o mercado acionário, como se sabe, nem sempre é racional, principalmente em tempos de extrema liquidez como o atual. Por isso não está fora de questão que a BR Distribuidora seja negociada até com um prêmio em relação a Ipiranga e Raízen, seus pares no mercado brasileiro.

Em relatório divulgado no mês passado, o UBS calculou que a BR poderia ter uma avaliação mais alta por conta das eficiências operacionais que ainda tem por capturar e também pela posição de liderança de mercado que tem. Em outro cenário, a distribuidora teria um desconto por causa do peso da controladora.

Diante de avaliações tão opostas, a BR seria negociada a múltiplos que iriam de 8 a 15 vezes o valor total da empresa/ebitda, o que faria a companhia valer de R\$ 25 bilhões a R\$ 45 bilhões - um abismo entre o piso e o teto.

Para diminuir ou até eliminar a distância das concorrentes, a Petrobras tem buscado reforçar a governança corporativa da BR. Entre as medidas adotadas está uma série de dispositivos no estatuto social da BR, com o objetivo de protegê-la da interferência política a que estão sujeitas empresas de economia mista no país.

Uma das regras prevê que, no mínimo, 50% dos membros do conselho de administração serão independentes. Isso significa, em linhas gerais, não ter outro cargo na própria empresa nem ter relação direta com o controlador. Das dez vagas no conselho, portanto, ao menos cinco estarão reservadas para esses

conselheiros. Nessa conta entra o mínimo de três membros que os minoritários terão direito a indicar - caso não consigam número maior em processo de voto múltiplo em assembleia.

Estão reservadas no conselho ainda a vaga de um representante dos empregados e de um membro indicado pelo Ministério do Planejamento - que pode ou não ser independente.

No regulamento do Novo Mercado, segmento da B3 em que a empresa pretende se listar, o mínimo de membros independentes é de 20%. A própria decisão abrir o capital no Novo Mercado - nível máximo de governança corporativa da bolsa - faz parte do esforço de tentar mostrar uma companhia mais segregada da controladora.

O novo estatuto da BR Distribuidora diz ainda que, entre os conselheiros indicados pelo acionista controlador, que no caso será a Petrobras, no mínimo dois serão independentes, selecionados em lista tríplice a ser elaborada por empresa especializada.

Para um investidor institucional, pelo menos à primeira vista, um conselho com 50% de integrantes independentes chega a aproximar-se, de certa forma, de um compartilhamento de controle, já que as principais decisões são feitas via conselho. Por isso não é impossível que a BR chegue a mercado com pouco ou até nenhum desconto.

Pelo estatuto, o conselho também terá um comitê de minoritários - formado por no mínimo dois dos três conselheiros indicados por esses acionistas -, que prestará "assessoramento prévio" na análise de transações entre a BR Distribuidora e partes relacionadas como União e Petrobras (além de autarquias federais e outras estatais federais). Esse tipo de transação, segundo o estatuto, demandará apoio de dois terços dos conselheiros para ser aprovada.

Outra mudança recentemente feita na companhia, atendendo a demandas de investidores, foi a contratação de um novo diretor financeiro depois de um processo de recrutamento conduzido pela consultoria Korn Ferry.

Com 20 anos de experiência no setor de combustíveis, com passagens por empresas como Esso e Cosan Combustíveis e Lubrificantes, Rafael Grisolia vai ser o interlocutor da companhia com os investidores.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Carolina Mandl | De São Paulo****Título: Fundo de varejo é caminho para pequeno investidor**

Os investidores de varejo poderão comprar ações da BR Distribuidora por meio de fundos de investimento em ações criados especificamente com o objetivo de comprar esses papéis, de acordo com a minuta do prospecto divulgado ontem.

A aplicação mínima via fundos será de R\$ 200, o que pode ampliar a participação de pessoas físicas na oferta. Se forem comprar diretamente os papéis, os investidores de varejo estão sujeitos a um valor mínimo de investimento de R\$ 3 mil. Em ambos os casos, porém, os investidores de varejo estão sujeitos a uma aplicação máxima de R\$ 1 milhão.

Na minuta do prospecto preliminar, a BR Distribuidora informa que destinará entre 10% e 20% da oferta aos investidores de varejo, sejam esses investimentos feitos diretamente ou via fundo. Essas quantidades, porém, ainda podem sofrer modificações até a publicação do prospecto preliminar.

Para fazer a compra por meio do fundo de ações, os investidores de varejo precisarão assinar um termo de adesão ao fundo. O material divulgado pela BR Distribuidora ainda não traz a informação de quais bancos vão oferecer o produto e nem qual será a taxa de administração cobrada por cada um deles.

A criação de fundos de investimento é um modelo que já foi usado anteriormente na própria Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Rodrigo Rocha | Do Rio****Título: Moodys eleva nota de crédito da Petrobras**

A Petrobras não precisará alcançar a marca de US\$ 21 bilhões em desinvestimentos para atingir a meta de alavancagem de 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de acordo com estimativas da classificadora riscos Moody's. Segundo a agência, que anunciou ontem a elevação do "rating" (nota de crédito) da companhia, de "B1" para "Ba3", a redução da necessidade de venda de ativos se deve a uma melhora do fluxo de caixa e ao alongamento do vencimento das dívidas da empresa.

"Nossa perspectiva é que a empresa não precisa vender tanto ativos para atingir a meta de alavancagem. Ou com fluxo de caixa ou com venda de ativos, a empresa vai continuar reduzindo sua dívida, que é seu grande problema", afirmou Nymia Almeida, vice-presidente sênior de crédito da Moody's, ao **Valor**.

A executiva também destacou positivamente a nova governança da estatal, que incluiu um processo mais rigoroso de escolha de seus gestores, considerando o currículo e a experiência dos pretendentes aos cargos. Dessa forma, explicou ela, a companhia conseguiu reduzir a influência política sobre a sua operação, mesmo considerando as eleições presidenciais no próximo ano.

Segundo Nymia, a elevação do rating da Petrobras e a perspectiva de que a estatal atingirá a meta de alavancagem até o fim de 2018 consideram o preço do barril do Brent em torno de US\$ 50, taxa de câmbio estável e a manutenção da participação de mercado de combustíveis, a partir do aperfeiçoamento da política de preços de gasolina e diesel atualizados quase que diariamente.

Em relatório sobre o tema, a Moody's atribuiu a elevação do rating às melhores métricas de crédito da empresa e a melhoria significativa da liquidez, destacando um perfil de vencimento da dívida mais confortável, por conta de refinanciamentos e geração de caixa.

A classificadora de risco lembrou que, apenas em 2017, a Petrobras emitiu US\$ 19,2 bilhões em títulos, principalmente em operações externas, que foram utilizados para refinar os vencimentos da dívida.

"A empresa também reduziu a dívida em US\$ 10 bilhões de junho de 2016 a junho de 2017, com o produto da venda de ativos e geração de caixa, mantendo nas mãos uma robusta quantidade de caixa de US\$ 24,5 bilhões em junho de 2017", diz a Moody's no relatório.

No relatório, a agência afirmou que diminuiriam as chances de as multas aplicadas contra a Petrobras pela Justiça americana afetarem a liquidez da companhia.

A Moody's lembra que ainda há incertezas em torno das investigações de propina lideradas pela Securities and Exchange Commission (SEC) e o Departamento de Justiça americano, mas destaca que desde o início das investigações da Operação Lava-Jato, "a empresa melhorou a governança corporativa e conseguiu chegar a acordo com 21 dos 27 investidores individuais sobre disputas legais relacionadas à corrupção e investigações de suborno".

A agência ressalta ainda que os resultados operacionais dos últimos dois anos reduziram o risco de que o perfil de crédito da empresa seja significativamente afetado pelas multas.

A Moody's também ajustou a perspectiva dos ratings, de positivo para estável, após a elevação da nota de crédito. A mudança, explicou a agência, incorpora a visão de que o perfil de crédito da empresa continuará a melhorar gradualmente, mas que será contrabalançado pela perspectiva de risco soberano do Brasil, com nota "Ba2".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times

Título: Vale procura sócio para maior mina de níquel do mundo

A mineradora brasileira Vale está procurando por um sócio para investir em uma das maiores minas de níquel do mundo. A medida faz parte da estratégia de seu novo diretor-presidente Fabio Schvartsman, que tem o objetivo de reduzir a dívida da companhia e se desfazer dos ativos com baixo desempenho.

A Vale está trabalhando com o banco canadense Scotiabank para vender uma fatia da Vale Nova Caledônia (VNC), operação de processamento de níquel localizado no arquipélago francês de Nova Caledônia, na Oceania, segundo pessoas a par do assunto.

A mineradora já realizou conversas com vários grupos chineses, incluindo a Gem Co., uma companhia com sede em Shenzhen que recicla e refina níquel-cobalto para usar em baterias, disseram as fontes.

A companhia brasileira está apostando que a revolução das baterias, impulsionada pela transição para os veículos elétricos e para os sistemas de armazenagem de energia, irá ajudá-la a encontrar um investidor estratégico para um de seus ativos mais desafiadores.

A Vale não quis comentar mas recomendou uma recente apresentação para investidores onde Schvartsman ressaltou uma nova estratégia para o mercado de níquel, incluindo uma "parceria" para suas operações na Nova Caledônia. O Scotiabank e a Gem Co. não foram imediatamente contactados para comentar.

Schvartsman, que antes ocupava o comando da Klabin, maior produtora de papel e papelão do Brasil, foi indicado como diretor-presidente da Vale em março. A indicação surpreendeu muitos representantes do setor de mineração que esperavam que a empresa com sede no Rio de Janeiro optasse por um executivo que já trabalhasse na Vale.

Logo após assumir o cargo, Schvartsman iniciou uma avaliação dos "ativos de baixo desempenho" da Vale. Ele disse que um "diagnóstico feito em 60 dias" iria

indicar que partes da companhia deveriam ser "melhoradas" e que partes deveriam ser alvo de "ações prioritárias".

A Vale investiu bilhões de dólares no desenvolvimento da VNC, que registrou muitos desafios técnicos e tem enfrentado dificuldades em gerar caixa.

A unidade é constituída pela mina de Goro, uma fábrica processadora e o porto. No ano passado, ela produziu 34 mil toneladas de níquel processado.

A Vale investiu bilhões de dólares no desenvolvimento da VNC, que registrou muitos desafios técnicos

Em um relatório recente, analistas do Bank of America Merrill Lynch informaram que a VNC era insustentável economicamente sem uma elevação nos preços do níquel ou sem uma "fonte alternativa de financiamento". Embora o preço do níquel tenha subido 18% este ano para US\$ 12 mil por tonelada, ele ainda está mais de 50% abaixo do registrado em 2011. Contudo, analistas acreditam que dias melhores virão para o mercado do níquel.

O níquel é um dos metais que podem se beneficiar da revolução da energia verde. Baterias de níquel-manganês-cobalto devem se tornar o padrão industrial para veículos elétricos, à medida que permitem que os motoristas dirijam distâncias maiores com uma única carga.

Dependendo dos processos químicos envolvidos, haverá necessidade de uma oferta de níquel adicional entre 300 mil a 900 mil toneladas por ano até 2025, informa o UBS.

Colocando esses números em perspectiva, para 2017, os analistas esperam que a produção global de níquel refinado atinja 2 milhões de toneladas.

A busca de um parceiro estratégico para VNC acontece em um momento em que a Vale, o maior produtor mundial de minério de ferro, finaliza um pacto entre os acionistas controladores que está em vigor há duas décadas.

Sua nova estrutura pode acabar reduzindo a influência do governo na administração da empresa e torná-la mais atraente para os investidores internacionais, muitos dos quais têm ignorado a empresa devido às prováveis ligações com o governo brasileiro.

Auxiliado por preços elevados de commodities, as ações da Vale subiram 36% neste ano, elevando o valor de mercado da empresa para US\$ 55 bilhões.

(Colaborou Andres Schipani)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Mineradora perto do piso para conversão mandatária**

A Vale está próxima de transformar em mandatária a conversão de ações preferenciais em ordinárias da companhia. Ontem a empresa divulgou o mapa de voto a distância para a assembleia especial de preferencialistas, prevista para hoje, que vai decidir sobre o tema. No total, 113.316.433 de ações PN votaram por aprovar a conversão em ON, equivalente a 74% do piso mínimo necessário.

Na primeira fase da conversão de ações PN em ON, encerrada em agosto, houve adesão de quase 85% dos investidores. Ainda sobraram cerca de 15% de ações preferenciais da mineradora. Esses 15% equivalem a 307 milhões de ações preferenciais. Para garantir a conversão mandatária de PN em ON, a empresa precisa que 50% mais uma ação votem a favor da operação, o equivalente a 153,5 milhões de ações. Significa que ainda falta garantir votos representativos de cerca de 40 milhões de ações preferenciais considerando esse "piso" de 153,5 milhões e os votos favoráveis à operação indicados ontem.

Antes da assembleia especial de preferencialistas será realizada na manhã de hoje uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Um dos temas em pauta nessa assembleia é o direito que o ordinarista precisa dar ao preferencialista remanescente de Vale para converter suas ações pela mesma razão de troca fixada na operação encerrada em agosto. A relação de troca proposta pela empresa se mantém igual à da primeira fase da operação, com uma ação preferencial sendo trocada por 0,9342 ordinária, desconto de cerca de 7%.

Para que a assembleia especial se realize, será preciso garantir que a relação de troca entre PN e ON seja aprovada primeiro na AGE. Vencida essa etapa, os preferencialistas que votarem contra ou se abstiverem na assembleia especial terão suas ações convertidas em ON de forma mandatária caso a maioria decida a favor da operação.

O diretor de relações com investidores da Vale, André Figueiredo, disse que, caso o quórum mínimo para a conversão mandatária seja garantido na assembleia (os 153,5 milhões de ações), a migração da empresa para o Novo Mercado da B3 começa ainda neste ano. Esse processo, porém, só deve ser concluído em 2018, uma vez que há uma série de procedimentos legais a serem cumpridos. A Vale chegou a fazer consulta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na semana passada, para reduzir o quórum qualificado na assembleia especial de preferencialistas. Mas a autarquia entendeu que a empresa tem que

seguir o previsto na lei da S.A. e realizar três assembleias especiais para tentar atingir o quórum mínimo necessário.

Ontem a Vale também divulgou o mapa de voto a distância para outro dos temas em pauta na AGE, a eleição de dois conselheiros independentes para o conselho de administração da companhia. O mapa indicou que os investidores devem conseguir chamar uma eleição em separado dos controladores para escolher um conselheiro independente na AGE. Outro conselheiro será escolhido em eleição majoritária em que o acionista controlador tem o direito de votar. Para chamar a eleição em separado, os acionistas precisam reunir 15% das ações ordinárias ou 10% do capital social total, considerando ordinárias e preferenciais. Os 15% de ONs equivalem a 735 milhões de ações.

Pelo voto a distância, Sandra Guerra, indicada pela Aberdeen, recebeu votos que representam 612.117.240 ações. Marcelo Gasparino, indicado por um grupo de 12 investidores brasileiros, teve votos representando 360.846.239 ações. A diferença entre os dois é de cerca de 251 milhões de ações. Mas o ganhador só será conhecido na AGE com o voto dos investidores presentes. Na eleição majoritária, Isabella Saboya, recebeu votos equivalentes a 8.039.485 ações. E Ricardo Reisen recebeu votos equivalentes a 31.515.254 ações. A disputa entre eles também será decidida pelos acionistas na AGE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Consumo de aço sobe

O consumo aparente de produtos siderúrgicos terminou setembro em 1,8 milhão de toneladas, segundo o Instituto Aço Brasil. Em relação ao mesmo mês de 2016, o crescimento foi de 9,1%. As vendas internas somaram 1,5 milhão de toneladas, alta de 5,4% na mesma base de comparação. Já as importações subiram 7,3%, para 221 mil toneladas - 12,3% do consumo total. A produção de aço bruto foi de 3 milhões de toneladas no mês passado, alta de 7,6% ante setembro de 2016. As exportações totalizaram 1,2 milhão de toneladas, queda de 13,7% sobre igual período de 2016. No acumulado do ano até setembro, o consumo aparente somou 14,4 milhões de toneladas, alta de 5% na base anual.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Legislação e Tributos****Autor: Beatriz Olivon | De Brasília****Título: Braskem perde disputa no Conselho**

A Braskem não conseguiu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastar autuação por amortização de ágio e dedução de despesas com debêntures. A maior parte da cobrança foi mantida pelos conselheiros da 2ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção. Apenas a multa agravada foi anulada.

A cobrança remonta ao surgimento da empresa, em 2002. O valor da autuação não foi divulgado. A empresa pretende recorrer à Câmara Superior, de acordo com seu advogado, Marcos Neder, do escritório Trench Rossi Watanabe.

Na autuação, o Fisco cobra Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL por amortização de ágio interno e também glosa de despesas de debêntures emitidas na operação. A amortização foi realizada em 2007 e 2008. O ágio e as debêntures, contudo, são mais antigos, anteriores à própria existência da Braskem.

A empresa surgiu depois que os grupos Mariani e Odebrecht venceram, em 2001, o leilão da participação do Banco Econômico na Copene - Companhia Petroquímica do Nordeste, central de matérias-primas do Polo Petroquímico de Camaçari (BA), controlada pela Norquisa. Os vencedores do leilão já participavam da Copene e combinaram de realizar aportes para obter o controle.

Em 2002, os grupos Mariani e Odebrecht integraram seus ativos no setor - OPP, Trikem, Polialden, Nitrocarbano, Proppet e Copene -, criando a Braskem. Foi depois dessa integração, em agosto, que a Braskem incorporou e sucedeu a OPP Produtos Petroquímicos. Com a incorporação, a empresa amortizou ágio que havia sido gerado em abril, quando a OPP Produtos Petroquímicos adquiriu ações da Odequi, outra empresa do grupo Odebrecht.

A Fazenda Nacional alega que o caso trata de ágio interno. O procurador da Fazenda Nacional, Marco Aurélio Zortea Marques, afirmou na defesa oral que o ágio não surgiu com a Braskem, mas em uma operação interna do Grupo Odebrecht e não foi realizado pagamento pelo ágio. Além disso, a fiscalização também cobra a Braskem por omissão de valores de debêntures emitidas em decorrência desse ágio.

Já para o advogado da Braskem, Marcos Neder, o Fisco enquadrrou a operação "a fórceps" no conceito de ágio interno. De acordo com ele, a operação teve propósito comercial e houve efetivo pagamento. Ele também justificou a emissão

de debêntures - que, para o Fisco, teve o intuito tributário de reduzir o lucro da Braskem.

No julgamento (processo nº 13502.721146/2013-14), o relator, conselheiro Marcos Antonio Nepomuceno Feitosa, representante dos contribuintes, ficou vencido. Prevaleceu o voto do conselheiro Carlos Cesar Candal Moreira Filho, representante da Fazenda.

De acordo com o conselheiro, o ágio foi gerado por duas empresas do grupo Odebrecht e sem movimentação financeira, tratando-se de ágio interno. A emissão das debêntures também não seria possível. Por maioria, foi mantida a multa qualificada, mas afastada a agravada - nesse ponto Moreira Filho ficou vencido.

A cobrança julgada ontem faz parte de um conjunto de três autos de infração que, somados, chegam a R\$ 1,2 bilhão. Todos tratam de cobranças de IRPJ e CSLL feitas à Braskem pelos anos de 2007 a 2012 por amortização de ágio. A decisão de ontem foi a mais desfavorável à empresa dentre as três.

MME / ASCOM .